

**“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
SUSTENTADO”  
OSASCO  
03.11.03**

**O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – ...** O PPA que se encontra na Assembléia prevê investimentos de 30 bilhões de reais de 2004 a 2007, através de 215 programas de políticas públicas que já estão sendo desenvolvidas e outras 1.615 ações de governo que serão implementadas.

Então, ao se discutir desenvolvimento econômico, ao se ter alguns indicadores sociais em mãos, é importante que se possa também discutir e debater o PPA, que são os investimentos, os recursos que vêm dos impostos que a população paga, para verificarmos se realmente eles contemplam a necessidade de cada cidade, cada região, e as necessidades do próprio Estado.

Sabemos que não será possível abrimos todo o PPA, mas através de uma parceria que fizemos com o NESUR, que é o Núcleo do Instituto de Economia da Unicamp, que está nos acompanhando nestes fóruns, poderemos produzir um relatório e fazer realmente um acompanhamento de todos os dados para que não fiquemos só no Fórum e na conversa. Queremos ação!

Como o nosso próprio “slogan” diz: “A informação com a lupa na ação”, porque é preciso que, juntamente com a sociedade, a gente produza uma agenda positiva de ações, que vão no sentido de atender esse clamor da sociedade que é a geração de emprego e renda com a melhora da qualidade de vida. É por isso que a discussão do PPA também se reveste da maior importância. A Assembléia não poderia se furtar de fazer e ampliar esse debate, para que possamos fazer com que os recursos sejam aplicados de forma cada vez mais adequada e prioritária, atendendo àqueles que realmente mais precisam.

O importante é que viemos para ouvir, vamos agora fazer uma apresentação, através do Prof. Carlos, do NESUR, de dados que já foram levantados e, em seguida, abriremos o debate, no qual teremos a participação dos deputados, vereadores e prefeitos.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. CARLOS BRANDÃO** – No primeiro momento, veremos como pensar o desenvolvimento e como medi-lo; em seguida, apresentaremos alguns dados sobre a região e no terceiro momento, como esses dados ajudariam para que possamos debater a agenda do desenvolvimento que é o PPA 2004/2007.

Ali vocês vêem no mapa da região que foi recortado, os dezenove municípios desta região que mais cresce, com taxas anuais de mais de 3%; significando que é uma região que rapidamente caminha para ter três milhões de pessoas. Portanto, é uma região que tem muitos desafios, como aqui foram colocados, uma região de muitos contrastes e bastante heterogênea; portanto, é fundamental esse debate de como pensar o seu desenvolvimento. Principalmente no sentido de pensar o seu desenvolvimento nas suas várias dimensões, não só no crescimento econômico como muitas vezes foi feito no mundo. Quer dizer, os países crescem, as regiões crescem, mas a qualidade de vida muitas vezes pode piorar.

Portanto, existe um grande desafio de pensar no desenvolvimento como uma capacidade da sociedade de se auto-organizar para aumentar o seu raio de manobra, para aumentar o seu raio de possibilidades e não só crescer no sentido econômico, mas caminhar para ter mais e melhor vida, que é o grande desafio dos diversos indicadores que foram criados no mundo para tentar pensar o desenvolvimento.

São três os momentos em que dá para pensar nessas questões de como medir esse processo bastante complexo que tem várias dimensões, que é o desenvolvimento. No primeiro momento sempre se discutiu a questão da renda “per capita” ou do PIB “per capita”, que é um indicador que não diz muito, dado que ele trabalha com a média. Em seguida, principalmente nos anos 90, dado os grandes desafios das desigualdades internacionais e nacionais, foi criado o IDH pela ONU, para se pensar o desenvolvimento humano. É um grande avanço em relação aos PIBs “per capita”, as rendas “per capita”, no sentido de que é um indicador que procura pensar não só a dimensão riqueza, mas também a dimensão longevidade e a dimensão escolaridade. Essas dimensões são fundamentais.

Vamos ver, em seguida, o IDH; vocês receberam as informações nos últimos meses do IDH municipal, que trabalha com poucas variáveis. Na dimensão riqueza trabalha apenas com a variável PIB “per capita”, que é aquela que critiquei, trabalha com dado de esperança de vida, ao nascer para calcular a longevidade, e com taxa de alfabetização e de matrícula para pensar a escolaridade.

É um indicador que tem algumas vantagens no sentido da comparabilidade, então você pode pegar o IDH de Osasco e comparar com qualquer município ou região do mundo, porque ele é calculado internacionalmente, mas ele tem uma série de restrições. A maior delas é que ele é calculado com base nos dados censitários; é preciso esperar um censo para calculá-lo de forma adequada, o que significa que não se tem aquele acompanhamento mais freqüente da situação concreta de uma determinada região.

Nesse sentido a Assembléia Legislativa encomendou o trabalho do IPRS, um indicador muito mais sofisticado. Na verdade é um sistema de indicadores com várias variáveis e dividido de uma forma bastante interessante. Para pensar nas mesmas dimensões do IDH, mas separando as variáveis de resultado, ou seja, o que aconteceu na região, e ao mesmo tempo pensando em algumas variáveis do esforço que o poder público realizou nos últimos anos. As variáveis de esforço são fundamentais para pensar a capacidade dessa sociedade de melhorar as suas condições de vida.

Vamos rapidamente dar uma olhada nas variáveis. As variáveis do IPRS estão aí; não daria para comentar todas aqui, mas elas estão baseadas quanto à riqueza municipal do consumo de energia, na remuneração do trabalho formal e pensando a questão do esforço de aumento da agregação de valor.

Vamos perceber que essa é a questão fundamental do processo produtivo; é preciso que as regiões se conscientizem que a questão do crescimento econômico está ligada à maior agregação de valor, portanto a riqueza municipal é medida muito pelo valor adicionado fiscal “per capita”, que ajuda a pensar nessa dimensão.

As outras dimensões, como longevidade, são calculadas com algumas variáveis de mortalidade, mais principalmente tem uma variável que gostaria de chamar a atenção que é a variável mortalidade perinatal, que reflete muito claramente e com grande freqüência as situações do saneamento, da saúde em uma região, porque ela mostra os dados dos recém-nascidos até seis dias que morreram. Portanto, reflete dados sociais de forma bastante direta.

Temos os diversos dados de escolaridade por faixa etária, que também mostra o avanço dessa dimensão para se pensar o desenvolvimento.

Em seguida, temos uma comparação do IPRS calculado para todo o Estado de São Paulo; mostra as três dimensões do IPRS tentando perceber a sua evolução de 1992 até 1997 e 2000.

A dimensão riqueza mostra que a situação em que vivemos é difícil, principalmente nos últimos anos. É um dado interessante do Estado de São Paulo perceber que se temos ali uma constância do período de 1997, longevidade é o quadro que está em seguida, comparando dentro da região metropolitana de São Paulo alguns recortes. O dado 61, quer dizer, o nível 61 que está aí para a região de Osasco mostra que está na 13ª posição, empatada com São José dos Campos.

Em seguida, temos a dimensão escolaridade. A região metropolitana de São Paulo está em 6º lugar; em amarelo temos a média do Estado de São Paulo. Quando calculamos de forma separada os 19 municípios de Osasco, ele estaria em 14º lugar, empatado com a região administrativa de Sorocaba. Dá para ver esse “slide” que mostra essa posição de nível 80 de Osasco e região.

O IPRS tem uma grande vantagem e acabei não comentando ainda, que é a idéia de agrupar os municípios pelo seu desempenho nas três dimensões. Então, os municípios do Estado de São Paulo são divididos em cinco grupos, que vão desde aquele primeiro grupo que são as regiões que vão bem na riqueza, bem na longevidade e bem na escolaridade. É uma altíssima concentração. É fundamental pensar não só nessas grandes empresas como as que têm aqui na região, grandes empresas de portes variados, empresas multinacionais, mas pensar no papel também das pequenas e médias empresas e pensar os arranjos regionais, os arranjos produtivos regionais e locais para avançar nesse processo de aumento da riqueza.

As FATECs e o ensino técnico, a expansão do ensino público tecnológico e a expansão do ensino público técnico, inclusive com o aumento de vagas e a possibilidade de pensar em cursos seqüenciais que utilizem as universidades. Nós não colocamos aqui, mas uma ação fundamental que também está no PPA é todo o conjunto de políticas no sentido de apoio ao turismo, que seria fundamental para algumas cidades daqui dos 19 municípios. Então, você tem a criação de uma agência do turismo no Estado de São Paulo e outros fomentos das atividades turísticas, o que certamente é uma ação fundamental do PPA que a região também deveria olhar com bastante carinho.

\* \* \*

**O SR. JOÃO CARAMÉZ – PSDB** – Proporciona-nos uma condição mais ativa e efetiva de estarmos aqui, discutindo, debatendo políticas públicas para o desenvolvimento da nossa região. Há pouco nós verificamos que as três regiões metropolitanas do Estado de São Paulo representam 68% da população do estado. A região da Grande São Paulo, da qual nós fazemos parte, é a mais antiga, é constituída por 39 municípios. A região metropolitana da Baixada Santista é representada por nove municípios. A região metropolitana de Campinas é representada por 19 municípios. As duas mais recentes já foram constituídas, já foram regulamentadas, já existe o seu fundo próprio de participação, enfim, lá existe uma condição muito mais favorável para que essas políticas públicas sejam discutidas, debatidas, encaminhadas e resolvidas. Enquanto que a nossa região metropolitana de São Paulo, a mais rica do Estado, representa quase que 50% da população do Estado de São Paulo, quase que 50% do PIB do Estado de São Paulo, mas nós ainda não temos a nossa própria regulamentação, nós não temos ainda o nosso fundo criado.

Neste momento, caro Presidente, faço aqui a minha reivindicação, o meu apelo. O meu pedido é que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo una-se no sentido de termos a nossa região regulamentada e oficializada, obviamente fazendo alguns reparos depois de um amplo debate. É humanamente impossível você ter um conjunto de 39 municípios no Estado de São Paulo compondo uma determinada região e tendo a Capital como sendo um desses municípios. Nós vimos que a Capital é auto-suficiente, é rica, e a partir do momento em que você regulamenta uma determinada região você precisa ter a unanimidade da destinação dos seus recursos, dos seus fundos. E com a Capital fazendo parte dessa região jamais teremos a participação da Capital nessas discussões, nesses encaminhamentos, e aí já deixa de haver a unanimidade. Como se não bastasse isso, dentro da nossa própria região nós vivemos um contraste muito grande. Praticamente todos os municípios têm as suas características e, basicamente na nossa região, isso é muito acentuado, haja vista que na região Sudoeste da Grande São Paulo nós temos municípios em que 100% do seu território está dentro da área de mananciais. Então, nós não podemos ter a mesma política pública para Juquitiba, para Embu-Guaçu, para Itapecerica, como temos uma política pública para Franco da Rocha, Carapicuíba, Itapevi, Francisco Morato, Mogi das Cruzes; municípios do Alto Tietê. Então é necessário que haja, antes de mais nada, uma ampla discussão, amplos reparos para que possamos ter, efetivamente, condições

de estarmos aqui discutindo e encaminhando políticas públicas para atendimento a esses municípios.

Então, faço este apelo ao Sr. Presidente, nobre Deputado Waldir Agnello, morador da nossa região também, para que a Assembléia se debruce, se dedique, para podermos ter efetivamente, definitivamente, a região da Grande São Paulo regulamentada. Aí nós poderemos discutir amplamente, de igual para igual, os destinos dos recursos para essa região.

Um outro apelo que também faço é no sentido de a Assembléia juntar os municípios que tiveram os seus recursos cancelados pelo Governo Federal, assim que esse governo assumiu o Governo da União. É sabido que vários municípios tiveram contratos assinados, principalmente contratos de combate às enchentes, e no começo do novo governo esses contratos foram sumariamente cancelados. Poderei citar aqui três contratos que foram cancelados no Município de Itapevi: um contrato para recuperação da maior favela que temos em Itapevi, que é a favela do “Areião”, onde mais de seis mil pessoas seriam beneficiadas. É um contrato da Caixa Econômica Federal contraído junto ao Banco Mundial no valor de 10 milhões de reais; e dois contratos de combate às enchentes, de canalização de córregos, um no valor de um milhão e seiscentos e outro no valor de 600 mil, que foram também cancelados. A Prefeita da cidade, a Dalvane Caraméz, conseguiu restabelecer esse contrato somente após uma ação judicial em que a Justiça determinou o restabelecimento daquele convênio, sob pena de a Caixa Econômica Federal pagar cinco mil reais de multa diária.

Esse é um outro pedido que eu faço também, que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo se junte, se esforce para que realmente a gente consiga essas liberações, porque, como Itapevi, vários outros municípios tiveram os seus contratos cancelados. Isso faz com que realmente os municípios deixem de atender às necessidades da sua população, deixem de gerar renda, mas, acima de tudo, deixem de gerar emprego.

Quero, por outro lado, dizer que o Governo do Estado de São Paulo tem uma preocupação muito grande no sentido de restabelecer o desenvolvimento da região metropolitana do Estado de São Paulo. Sei que o tempo está encerrado, mas eu não posso deixar de frisar aqui a preocupação do Governo do Estado de São Paulo no sentido do restabelecimento do desenvolvimento dessa região. A partir do momento em que o

Rodoanel foi introduzido na nossa região as coisas começaram a mudar, a ter outras perspectivas. Empresas, indústrias começaram a procurar novamente a nossa região. Eu quero citar aqui um exemplo: lá em Itapevi, a Aerofarma, uma das três maiores empresas farmacêuticas de genéricos da América Latina, acaba de adquirir – isso tudo por causa do Rodoanel – 150 mil metros quadrados de área e em 60 mil metros de área construída irá centralizar as suas cinco unidades farmacêuticas, sendo quatro de São Paulo e uma do Rio de Janeiro. Isso significa que o Estado de São Paulo está sem guerra fiscal, sem nenhuma confusão, atraindo empresas de outros estados para a nossa região. Serão mais de mil e quatrocentos empregos e seis milhões no valor adicionado do ICMS daquele município.

\* \* \*

**A SRA. DENISE** – Quando a gente faz a análise desses índices paulistas de responsabilidade social, muita coisa positiva nos é trazida. Essa análise pode nortear e deve nortear a conduta dos prefeitos principalmente. Os problemas devem ser atacados de frente e os sucessos devem servir como exemplo para todos.

Gostaria de dar uma sugestão, aproveitando a oportunidade: que esses índices, dada a importância que têm esses levantamentos, deveriam ser num período mais curto, para que a gente pudesse, efetivamente, ver o resultado num período mais breve. É muito importante não só para os administradores, mas é extremamente importante para a população. Hoje nós estamos aqui vendo esses índices relativos ao período de 1997 a 2000. Já estamos no final de 2003, muitas ações já foram feitas, já foram realizadas; alguns números já devem ter sido modificados, mas nós não temos esse parâmetro, nós não sabemos se agimos e se investimos no local certo. Isso é extremamente importante para a sociedade. Acho que isso determina principalmente o caminho mais curto para a justiça social e, assim, os municípios não têm condições de realizar pesquisas tão profundas e tão sérias como esses índices.

**O SR.** – A Cidade de Osasco é considerada aqui do grupo 1, mas nós sabemos que ainda temos muito a fazer por nossa cidade. Era uma cidade industrial, hoje é uma cidade de serviços. Sabemos que o nosso Prefeito, Deputado, fez praticamente, eu diria, até o impossível, para que nós chegássemos aonde chegamos, mas nós vamos chegar além do que estamos hoje.

Com relação à pergunta da Denise, nós temos um problema muito sério, um problema mundial que envolve as grandes empresas, que é a concorrência. Então, se você não se agrupar, você morre; hoje, ou você é competitivo, ou você desaparece. Em Osasco, ainda temos grandes empresas. A maior área de indústrias da Grande São Paulo certamente está em Osasco, com a “Brown Boverý”, com algo em torno de 207 mil metros quadrados.

Mas, veja bem: as empresas saíram porque precisam sobreviver; a empresa, muitas vezes, se agrupa. Nós temos aqui o caso da Eternit, o caso da Santista, que tinha instalações em Osasco, em uma cidade daqui do interior de São Paulo e lá no interior do Sul do País. A Santista se agrupou, ou seja, lá no Sul, ficou somente com a parte de lençóis, e aqui na região de Tatuí ficou boa parte do que a fábrica de Osasco fazia. A Eternit, da mesma forma, foi para outra cidade; ou seja, as grandes empresas procuraram reduzir custos para serem competitivas tanto no mercado interno como no internacional.

Com relação à pergunta sobre o que seria possível fazer no sentido de auxiliar na geração de cooperativas e geração de empregos, eu particularmente posso dizer que a geração de emprego, como disse o Prefeito Celso Giglio, é uma situação nacional. Nós temos uma cadeia, que vem de cima, vai para o Estado, e do Estado vai para o município. Fui Secretário da Indústria e Comércio e tenho até dó do Secretário Renê, porque todo mundo pede a ele a geração de emprego. Mas não é tão fácil assim. Nós temos, primeiro, que criar condições não só no município, mas no Estado e na União.

Sou favorável às cooperativas e acho que elas têm tudo para crescer. Eu lembro de quando morei num município aqui, bem pertinho de Osasco, onde se iniciou a reciclagem do lixo. E, hoje, nós temos muita gente falando sobre o lixo, mas o lixo, deputado, é uma questão de educação. Nós vivemos num município pobre que está entre os primeiros na riqueza; agora, imagine os demais. Eu tenho um trabalho muito sério sobre o lixo, que é um trabalho educativo.

\* \* \*

**O SR. WALDIR AGNELLO – PTB** – A pergunta da Sra. Vânia Ramos, é muito oportuna.

Quero agradecer-lá, porque, através da sua pergunta, temos a oportunidade de divulgar um importante instrumento de informação que a Assembléia Legislativa disponibiliza a todos os cidadãos, que é o “site” da Assembléia. Gostaria que a senhora e

todos os senhores presentes tomassem nota do nosso endereço eletrônico: [www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br). Através deste endereço eletrônico, a senhora poderá tomar conhecimento e obter esses dados aqui apresentados. Mais do que isso, no “site” da Assembléia Legislativa, vocês podem acompanhar todas as atividades dos parlamentares. Existe ali, também, um acesso à rádio e à TV Assembléia. Então, através deste endereço eletrônico, vocês podem não só obter esses dados aqui apresentados, como também acompanhar a vida do seu parlamentar.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – ...** Naturalmente, a questão social e políticas compensatórias são necessárias, mas sem desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, nós realmente vamos ficar correndo atrás do prejuízo e enxugando gelo. Por isso, nós não podemos deixar de observar a importância da micro e da pequena empresa. Hoje, nós temos uma oportunidade extraordinária: o Senado da República está discutindo a nossa reforma tributária e foi feita uma emenda que cria o que está sendo chamado “Super Simples”, que é um imposto único para a micro e pequena empresa, ampliando inclusive os valores de faturamento, o que dá uma possibilidade de ampliar o tamanho dessa micro e pequena empresa. Isso facilitaria muito, do ponto de vista da desburocratização e do ponto de vista de custos, com os quais muitas vezes a pequena empresa não pode arcar para tornar-se viável economicamente. O Brasil é um país de empreendedores, muitas vezes pela necessidade e não pela oportunidade, porque aquele que não tem um emprego precisa gerar o seu próprio negócio, a sua própria renda; mas, por um outro lado, nós verificamos uma alta taxa de mortalidade dessas empresas, chegando a 75% as que não chegam no seu quinto ano de vida. O pior é que muitas vezes essas empresas não conseguem nem fechar, porque o custo e a dificuldade para se fechar uma empresa são muito grandes, e isso é um problema seriíssimo. Nós precisamos criar um mecanismo mais adequado para isso, onde a empresa possa até sair da formalidade, sair desse ciclo de às vezes estar inadimplente e não conseguir financiamentos. Então, essa atenção deve ser priorizada e pensando nisso.

A Assembléia criou uma Comissão Especial para Acompanhamento da Reforma Tributária no Governo Federal. Nós temos um trabalho permanente com o Sebrae, que fez, inclusive, um seminário específico para tratar desse assunto, no sentido de tirar um posicionamento não só com relação à questão tributária, mas também com relação ao acesso da micro e pequena empresa à tecnologia e ao crédito. Enfim, todo esse conjunto que nós consideramos importante para que o micro e pequeno empresário possam ter sucesso no seu empreendimento está merecendo a nossa atenção e o apoio que nós estaremos dando junto à Câmara dos Deputados e Senado Federal, para que definitivamente se aprove esse “Super Simples”.

Eu acho que o conjunto da sociedade, as associações comerciais, todos têm que se manifestar e pressionar para que a gente não perca essa oportunidade de criar esse sistema tributário, que vai facilitar muito a vida da pequena e média empresa e que certamente vai criar um estímulo maior para a geração de emprego, renda e desenvolvimento. A gente sabe que aquele emprego de carteira assinada está cada vez mais difícil; as empresas crescem e não geram emprego. Nesta semana mesmo, numa entrevista, o Antônio Ermírio de Moraes dizia, em entrevista, que o grupo dele está faturando um bilhão a mais do que faturou no passado, com 20 mil empregos a menos; tinha 55 mil empregados e hoje tem 35 mil. Então, a saída está realmente em facilitar a vida daquele que quer empreender o seu negócio; por isso, consideramos importantíssima a questão da micro e da pequena empresa.

\* \* \*

**O SR.** – Deputado, peço ao senhor uma consideração a respeito desta 12ª edição do Fórum. Como é que o senhor encara uma região tão próxima a uma região rica, no caso a Grande São Paulo, com indicadores sociais não proporcionais à riqueza.

**O SR. WALDIR AGNELLO – PTB** – Por enquanto, estamos tomando conhecimento dos grandes contrastes entre indicadores econômicos e indicadores sociais. Como legisladores, temos que encontrar a fórmula para que os recursos sejam distribuídos de forma a não punir o bom administrador, mas, de certa forma, premiar aqueles que são bons administradores, com uma questão muito importante, que é a de promover uma

distribuição de recursos de forma inteligente. Eu acho que esse é o grande ganho do Índice Paulista de Responsabilidade Social. A partir do momento em que nós, com essa ferramenta, conseguirmos levar os recursos para as áreas mais necessárias e para os municípios mais necessitados, nós estaremos fazendo justiça social. Confesso que ainda não tenho clareza de como fazermos isso. Mas, ao final dessa rodada de fóruns, nós, legisladores, certamente conseguiremos encontrar a solução. Pelo menos, creio nisso. Vamos trabalhar; vamos fazer com que o capital e a renda estejam sempre unidos e fazer com que uma agenda positiva e cidadã possa ser estabelecida no próximo Orçamento do nosso Estado.

\* \* \*